

SENADO FEDERAL

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estender a preferência na aquisição de produtos para a alimentação escolar aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Os arts. 2º e 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente por produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária, pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando-se as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos;

.....” (NR)

“Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente dos produtores rurais e de suas cooperativas que operem em regime de economia solidária, bem como da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, em 18 de novembro de 2019.



Senador Davi Alcolumbre  
Presidente do Senado Federal